

Elos não-partidos: o integralismo entre 1945 e 1965

Doutorando Rogério Lustosa VICTOR (bolsista Capes)

Orientador: Noé Freire Sandes

Faculdade de História – Programa de Pós-Graduação em História

Palavras-chave: Integralismo; Memória; Identidade

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em 1932 pelo escritor Plínio Salgado e aglutinou, em suas fileiras, milhares de adeptos, os quais eram atraídos pela propaganda anticomunista, difundida pela rede de imprensa montada pela organização, pelo nacionalismo advogado pela mesma e ainda pelas críticas ao liberalismo.

Em 1937, já contando com centenas de milhares de filiados, a AIB viu-se encorajada a lançar seu líder como candidato à presidência da República. Porém, o golpe de novembro de 1937 pôs fim a semelhante perspectiva. Getúlio Vargas havia feito prévias negociações com Salgado e prometeu ao líder integralista a sobrevivência de sua agremiação como partido único a dar suporte à ditadura que se instalaria. Salgado criou grandes expectativas acerca de tais promessas e apoiou o golpe de Vargas. No entanto, ainda no dia do golpe, Salgado sentiu-se traído ao ouvir pelo rádio o discurso pronunciado por Vargas ao instaurar a ditadura: nenhuma palavra havia sido dirigida aos integralistas. Semanas após o início do Estado Novo, o presidente baixou um decreto que colocou todos os partidos na ilegalidade. Os integralistas, subitamente, perdiam a possibilidade de continuarem com o seu partido na legalidade.

A relação entre o integralismo e a ditadura estremeceu e, seis meses após o início do Estado Novo, os integralistas intentaram um golpe contra a ditadura. A ideia de uma ação armada contra Vargas nasceu de uma articulação entre a cúpula integralista e os liberais paulistas. De todo modo, o “putsch integralista” fracassou e, ao fazê-lo, selou o destino do movimento dos “camisas-verdes”: Salgado foi preso e partiu para o exílio em Portugal; centenas de integralistas foram presos, suas associações beneficentes e esportivas foram fechadas, enfim, o movimento sofreu uma abrupta interrupção.

Os anos que se seguiram foram bastante negativos para o integralismo. No Brasil, tinha-se a ditadura, que o colocou na ilegalidade e perseguiu muitos de seus militantes; na Europa, por sua vez, as atrocidades praticadas pelos Estados fascistas — especialmente quando expostas ao mundo após a derrota desses na Segunda Guerra — constituíram-se em fator decisivo para corroborar a sorte dos fascismos.

A exposição sistemática dos crimes cometidos pelos fascistas fixou um imaginário que vetou a existência de qualquer associação fascista. Evidentemente, a memória fascista também foi condenada. A presença dos pracinhas brasileiros na guerra, lutando ao lado das democracias liberais contra os Estados fascistas, ratificou a construção daquele imaginário negativo acerca do fascismo também no Brasil. O imaginário negativo construído em torno do integralismo, por sua vez, formou-se, sobretudo, de imagens alheias ao próprio movimento. A similitude entre fascismo e integralismo decorre mais da aproximação ideológica entre os dois movimentos do que da ação política integralista. O golpe de 1938 foi contra o Estado Novo, cuja prática e ideias guardavam proximidade ideológica com o fascismo. Nesse sentido, a identificação restrita entre integralismo e fascismo encobriu a presença de uma cultura fascista no Brasil, cujo alcance ultrapassa, e muito, o campo político demarcado pelos integralistas.

Em 1945, com a democratização do País, ex-integralistas, sob a orientação de Salgado — que ainda se encontrava em Portugal —, fundaram um novo partido, o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1946, Salgado retornou ao Brasil e assumiu a presidência do partido, posição que manteve até a extinção do mesmo pelo regime militar em 1965. O PRP não conquistou um grande número de militantes, se distanciando da experiência do passado integralista, mas desempenhou um papel de certa relevância no cenário político. Ao longo do período estudado, ele elegeu inúmeros prefeitos e vários parlamentares em todas as três esferas e chegou a lançar Salgado candidato à presidência, em eleições em que ele obteve cerca de 8% do total dos votos nacionais.

Desta sorte, surgiram algumas inquietações que deram origem a este trabalho. Como foi possível aos homens que militaram e expuseram-se como integralistas, depois de tão forte veto, continuarem no universo político partidário com relativo sucesso? De que modo o passado integralista interferiu na carreira política dos militantes do PRP? Como entender a proeminência de Plínio Salgado no campo político após 1945? O que deu coerência ao projeto político do novo partido? A ascensão do pensamento liberal, com o fim da guerra, parecia indicar que os integralistas estariam condenados à plena desagregação. Afinal, para além da identificação ideológica com o fascismo havia o esforço para desqualificar ainda mais o movimento: eram os integralistas representantes de um fascismo patético, ridículo e covarde. Carregar esse passado não seria um fardo insuportável? Não seria compreensível que aqueles homens tivessem abandonado qualquer pretensão a influir na esfera pública a partir de tal veto? Entretanto, o que parecia lógico não ocorreu.

Portanto, a questão que se impôs como problema, reside em avaliar a nova configuração política estabelecida com a criação do PRP e sua relação com os antigos elos com o passado integralista. O passado permanecia presente na figura de Plínio Salgado, elo que recompunha toda a trajetória do movimento. Mesmo sem a camisa verde, os integralistas ainda atuavam no campo político. Assim, no decorrer da pesquisa, pudemos constatar que o integralismo no pós-guerra, na forma de PRP, travou uma luta pelo controle do passado: passado tenso, condenável, pois que relacionado ao fascismo. Por um lado, era preciso recompor o passado na percepção interna de seus militantes, de modo que a existência da AIB não se apresentasse como um fantasma a assombrá-los. Ao contrário, o passado deveria iluminar o presente. Por outro lado, o PRP, como partido, precisava negociar sua existência/sobrevivência com grupos externos e aqui entrou em jogo a recomposição do passado dos perrepistas na memória que não lhes pertencia.

Em relação a esse último ponto, a pesquisa teve como fontes discursos acerca do integralismo enunciados tanto por elementos externos a ele quanto por perrepistas, mormente na grande imprensa, com o intuito de compreender o embate que confluiu na legitimação e manutenção da legalidade do partido, por vezes ameaçada.

Investigamos igualmente a dimensão interna do partido e a herança do passado integralista. Para tanto, a pesquisa privilegiou fontes produzidas pelos perrepistas. Para eles, o passado teve um peso extraordinário, na medida em que boa parte do veto e do repúdio ao partido assentou-se na experiência da AIB. Decorre também do período da AIB boa parte da doutrina integralista que alimentou o PRP. Elementos da ideologia integralista, como o vigoroso anticomunismo, perseveraram como eixo central da ideologia do PRP. Para avaliar essas heranças na sua dimensão interna, a ênfase documental foi concedida aos jornais integralistas/perrepistas *Reação Brasileira* (1945-1946), *Idade Nova* (1946-1951) e *A Marcha* (1953-1965). Além dos jornais, buscamos problematizar as memórias de perrepistas, ex-militantes da AIB.

Com o intuito de compreender a negociação entre a memória de repúdio ao integralismo e à memória integralista, negociação que teve a forma de embate travado pelos integralistas para rearticularem-se e manterem-se no pós-guerra, foi preciso avaliar-se a força dos diferentes discursos que, como escreve Bourdieu (1982, p. 68),

[...] Depende [...] do reconhecimento, institucionalizado ou não, que eles recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta sorte de eficácia mágica que a ordem [...] ou ainda a ameaça ou o insulto, pretendem

exercer, não pode funcionar senão se são reunidas as condições sociais que são totalmente exteriores à lógica propriamente linguística do discurso.

E, por se tratar de um movimento político, acrescenta-se o fato de que o capital político é extremamente vulnerável, pois seu capital específico é

[...] puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da fides, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança [...] (Bourdieu, 1988, p. 188-9).

Para a análise desse embate entre os discursos anti-integralistas e a tentativa de rearticulação do integralismo, utilizamos alguns dos princípios da “história dos conceitos” de Reinhart Koselleck (2006). Com semelhante método, pudemos captar a relação tensa entre texto, experiência e sentido. Como apontou Koselleck, há uma luta semântica para definir os conceitos-chave de uma época, aflorando as divergências nos tempos de crise. As categorias meta-históricas de Koselleck — o espaço de experiência e o horizonte de expectativa —, por sua vez, foram aplicadas a partir do diálogo com a memória, pois que nessa, longe do filtro da história, as múltiplas possibilidades diante de um futuro que se encontrava em aberto apresenta-se visível e num intrincado diálogo do grupo com o seu espaço de experiência. Tomar o testemunho não como elemento de verdade, mas como construção, ajudou a desfazer a “teia do fato” e a encontrar a multiplicidade do tempo histórico.

Ao tencionarmos as distintas memórias (memória integralista e memória mais compartilhada — memória social), e estas com a história, tentamos enxergar agentes e possibilidades que estavam no passado. A narrativa da história, ao conhecer o futuro passado, é tecida a fim de nela se encaixar o que se sabe de antemão e a narrativa perde a multiplicidade do tempo quando o futuro estava em aberto e outras possibilidades eram percebidas como possíveis. É essa racionalização após o acontecido que fez do integralismo no pós-guerra uma força lida posteriormente como inexpressiva.

Na narrativa histórica, o PRP é praticamente inexistente. Mas a história não é como pensa Maurice Halbwachs (1990), essencialmente uma narrativa ensinada e percebida como exterior e morta? O descompasso entre a história ensinada e a memória viva produz a inquietante estranheza da história. Quando exposta diante de representantes da

memória viva, o contraste pode ser profundo. A operação historiográfica, como expõe Ricoeur (2007, p. 170), procede de uma dupla redução, a da experiência viva da memória e a da especulação multimilenar sobre a ordem do tempo. Vista dessa maneira a história, a memória não teria como ferramenta para a história importante papel a desempenhar? Ainda com Ricoeur (ibidem), indagaríamos: “não seria então tarefa de uma memória instruída pela história preservar o rastro dessa história especulativa multissecular e integrá-la a seu universo simbólico?” E concluiríamos com o mesmo filósofo, para o qual seria essa a mais elevada destinação da memória, não mais antes, mas depois da história.

Assim, avaliar a permanência dos elos integralistas no período do pós-guerra foi uma estratégia necessária para captar a multiplicidade da experiência histórica a partir de agentes políticos que foram deixados à margem da memória social constituída em interpretações cristalizadas como verdades. Por essa via foi possível acompanhar de perto os complexos caminhos da memória e sua intrincada relação com a história e isso de maneira bastante privilegiada, pois o integralismo se constitui em um movimento cujo esforço de auto-compreensão se funda mais no campo da memória do que no da história.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Poitiers: fayard, 1982.

------. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a República*. Goiás: UFG/ Agência goiana de cultura Pedro Ludovico Teixeira/ Instituto Goiano, 2000.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas águas do lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: UCG, 2005.